

TRABALHO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA: UMA ANÁLISE ONTOLÓGICO-MARXIANA

Sayarah Carol Mesquita dos Santos¹

Resumo

Trata-se de uma análise teórica da relação entre trabalho e educação na perspectiva da ontologia marxiana, bem como da articulação com os processos de emancipação humana. Adota-se a revisão de literatura pautada em referências como Lukács (2013) e Mészáros (2008), entre outros autores do pensamento marxista. A relação entre trabalho e educação na ontologia marxiana deve ter como horizonte a emancipação dos homens na formação de uma nova sociabilidade que coloca a vida humana e da natureza em primeiro lugar e não as leis do mercado e seus objetivos lucrativos. Portanto, é preciso pensar e desenvolver ações, táticas e estratégias que permitam a transformação radical do sistema, tendo na educação as possibilidades de contribuição para a formação de uma consciência crítica e socialista.

Palavras chave: Educação. Ontologia marxiana. Emancipação humana.

TRABAJO, EDUCACIÓN Y EMANCIPACIÓN HUMANA: UN ANÁLISIS ONTOLÓGICO-MARXIANO

Resumen

Es un análisis teórico de la relación entre trabajo y educación desde la perspectiva de la ontología marxista, así como la articulación con los procesos de emancipación humana. Se adopta la revisión de la literatura basada en referencias como Lukács (2013) y Mészáros (2008), entre otros autores del pensamiento marxista. La relación entre trabajo y educación en la ontología marxista debe tener como horizonte la emancipación de los hombres en la formación de una nueva sociabilidad que priorice la vida humana y la naturaleza y no las leyes del mercado y sus objetivos rentables. Por lo tanto, es necesario pensar y desarrollar acciones, tácticas y estrategias que permitan la transformación radical del sistema, teniendo en la educación las posibilidades de contribución a la formación de una conciencia crítica y socialista.

Palabras clave: Educación. Ontología marxista. Emancipación humana.

Introdução

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGE/UFPE). Graduada em pedagogia. E-mail: sayarahcarol@hotmail.com

O presente trabalho tem como objetivo discutir os contributos teóricos do campo da ontologia marxiana para a educação, considerando as reflexões e análises da relação entre trabalho e educação e sua contribuição para o processo revolucionário de construção de uma sociedade humanamente emancipada.

Para essa finalidade, adotamos como referencial a obra *Para uma ontologia do ser social II* de György Lukács (2013) em que se desenha a origem da educação e demais esferas sociais a partir da base material, bem como a definição da educação no seu sentido amplo e estrito, e a obra *A educação para além do capital* de István Mészáros (2008) que discute a educação para a superação desse sistema e seu desenvolvimento na direção da transformação socialista.

Estas obras, de modo geral, apresentam a gênese da educação na totalidade social, sua constituição na sociabilidade capitalista de produção e a perspectiva para pensar em processos educativos que visem romper com a lógica predatória e de exploração que definem o capital para uma ordem sociometabólica radicalmente diferente. Além disso, apresentaremos os apontamentos de outros autores como Bertoldo (2015) e Tonet (2016) que corroboram nas análises entre trabalho e educação. Por conseguinte, se trata de um estudo de revisão de literatura.

Para além de uma discussão que aponte como a educação se constitui na sociedade capitalista ao resgatar sua origem no processo de produção material e sua relação com o trabalho enquanto fundamento do mundo social, a partir da teoria marxiana, colocamos como direcionamento apresentar e discutir o modo pelo qual a educação é essencial ao processo de transformação social, uma vez que como esfera social fundada do trabalho, mas portadora de autonomia relativa e na relação de correspondência recíproca, pode-se atuar no desenvolvimento da consciência socialista (MÉSZÁROS, 2008) tão necessária e urgente nos dias de hoje nas lutas da classe trabalhadora.

Não se trata de atribuir à educação um caráter revolucionário, em que ela por si só transformaria a sociedade, pois não se trata de uma pedagogia dotada de otimismo e salvacionista nem tampouco uma pedagogia pessimista que traz o caráter de conformismo e aceitação de que nada pode ser mudado. Mas se trata de uma educação que visa o horizonte revolucionário, compreendendo sua tarefa na atuação da consciência dos homens e na luta social.

O movimento do real na circunstância histórica nos leva a não só constatar e entender os males sociais que nos permeiam e o fundamento deles que consiste no sistema centrado na

dinâmica do capital, mas nos impulsionam a pensar também no imperativo vital de mudar a forma que organiza e rege a sociedade, de pensar como podemos construir uma nova forma de sociabilidade que eleve as potencialidades que o homem pode desenvolver e coloque as necessidades humanas em questão e não as do mercado. Assim, perguntamo-nos: Qual o papel da educação na luta pela emancipação humana? E quais são os caminhos possíveis que devemos construir?

Educação na ontologia marxiana

Entre a linha do que é educação e seu sentido existem várias concepções epistemológicas que buscam explicar essa relação, desde concepções funcionalistas e positivistas às mais progressistas. Importa saber como a educação no sentido ontológico se define e se relaciona com a sociedade, numa perspectiva materialista histórico-dialética, pois se compreende que é necessário tecer as raízes que fundamentam e originam uma determinada esfera social para poder entendê-las na sua realidade concreta. Por isso, para entender a educação e seu papel na construção de um projeto revolucionário é importante traçar o seu conceito na materialidade histórica, no desenvolvimento dialético da sociedade.

Nas sociedades primitivas onde não existia propriedade privada nem tampouco classes sociais antagônicas, os processos educativos se organizavam segundo os interesses da comunidade, no ato de atuar sobre a natureza através do trabalho, na sociabilidade e transmissão de valores, conhecimentos e habilidades às gerações posteriores. O homem formava a si e os outros no ato da produção para a subsistência humana. A educação estava presente na vida como um todo, não havendo separação entre conhecimento e trabalho. A educação era ampla e se definia na própria produção da existência humana.

No sentido da ontologia marxiana, a educação só pode ser compreendida se for considerada na sua relação com o trabalho como categoria ontológica que funda o mundo social, na qual para Marx (2013) é que possibilita o intercâmbio do homem com a natureza para a produção de valores de uso necessários à existência humana, transformando não só a natureza, mas modificando o próprio homem como um todo.

Parte-se da premissa que no momento que o homem ao modificar a natureza para produzir valores de uso através do trabalho, se criou cada vez mais necessidades que não se restringia a sobrevivência da espécie humana na condição de se alimentar e reproduzir, mas desenvolvendo níveis mais elevados de necessidades para além do biológico, bem como no

processo de trabalho foi requerendo técnicas e meios de trabalho mais elaborados para poder potencializar a capacidade laboral e a produção de valores de uso. Como a história não é estática, mas sempre está em movimento e repleta de mediações, a materialidade da realidade foi exigindo a incorporação de outras esferas sociais articuladas com o trabalho.

Assim, foi sendo necessária a inserção de conhecimentos e técnicas mais elaboradas no ato da produção humana, a necessidade de um sistema de linguagem para permitir a comunicação entre os homens, o pensamento mais elevado para pensar em todo o processo de trabalho, expressando a teleologia na dinâmica laboral. Em suma, foram surgindo necessidades de linguagem, de conhecimento, de tecnologias, da educação, entre outras esferas sociais que no decurso histórico da humanidade foram sendo criadas como necessidades humanas que apenas o trabalho em seu sentido ontológico não era suficiente por si só.

Vale lembrar que o trabalho posto nessa análise não se refere ainda ao trabalho na sociedade de classes, especialmente no modo de produção capitalista, mas diz respeito ao trabalho como categoria ontológica que na perspectiva marxista é o elemento fundante da sociedade.

O ser social é um conjunto de complexos cuja reprodução não se restringe ao trabalho, mas se reproduz na relação de interação com os complexos parciais relativamente autônomos, sendo estes a educação, a linguagem, a ciência, dentre outros, que permitem a relação de mediação com o complexo do trabalho, a fim de elevar níveis cada vez mais superiores de desenvolvimento do ser social.

Segundo Bertoldo (2015):

Quanto mais o ser social se desenvolve, quanto mais uma sociedade ascende a um novo patamar de desenvolvimento, tanto mais surgem novas categorias, novas situações, que implicam em relações, nexos cada vez mais complexos. Isto significa dizer que estas categorias se apresentam de forma independente, autônoma em relação àquela de origem. Contudo, isto só confirma a sua dependência àquela da esfera fundante. (BERTOLDO, 2015, p. 31).

Na relação entre o ato fundante e atos fundados, Lukács (2013, p. 85) explica essa questão a partir da categoria linguagem, enfatizando que ela e o pensamento conceitual surgidos para a necessidade do trabalho se apresenta como uma “ininterrupta e ineliminável ação recíproca, e o fato de que o trabalho continue a ser o momento predominante não só não suprime a permanência dessas interações, mas, ao contrário, as reforça e as intensifica”, influenciando nas esferas fundadas e estas sobre a esfera fundante.

Lukács evidencia complexos constituintes que envolvem cada vez mais esferas sociais superiormente desenvolvidas e, logo, a educação se torna um exemplo disso. Para ele, o “essencial da educação dos homens [...] consiste em capacitá-los a reagir adequadamente aos acontecimentos e às situações novas e imprevisíveis que vierem a ocorrer depois em sua vida”, concebendo a educação no seu sentido amplo que nunca se finda e a educação no sentido estrito que corresponde às exigências de um tipo de sociedade (LUKÁCS, 2013, p. 176).

É importante a análise que Lukács realiza acerca da educação quando compreende que esta deve ser vista a partir do desenvolvimento produtivo da sociedade e das exigências que se colocam em cada forma social, mostrando que a educação se situa com a materialidade da realidade social e não uma esfera dotada de mera abstração ou deslocada da vida social.

Observemos o que o autor diz:

Se hoje não há mais crianças pequenas trabalhando nas fábricas, como ocorria no início do século XIX, não é por razões biológicas, mas virtude do desenvolvimento da indústria e sobretudo da luta de classes. Se hoje a escola é obrigatória e universal nos países civilizados e as crianças não trabalham por um período relativamente longo, então também esse período de tempo liberado para a educação é um produto do desenvolvimento industrial. Toda sociedade reivindica certa quantidade de conhecimentos, habilidades, comportamentos etc. de seus membros; o conteúdo, o método, a duração etc. da educação no sentido mais estrito são as consequências das carências sociais daí surgidas. (LUKÁCS, 2013, p. 177).

Apesar de Lukács se referir ao contexto do processo de industrialização que fez surgir demandas para a educação, como o surgimento da escola obrigatória e universal, diminuindo o trabalho infantil nas fábricas ou a função da instituição escolar para a finalidade mercantil de formar força de trabalho minimamente qualificada para o capitalismo, o que importa perceber é que nas contradições do desenvolvimento da sociedade os processos educativos sempre estiveram vinculados à dinâmica produtiva, perpassadas por conflitos, avanços e recuos e, principalmente, na relação de luta de classes que reverbera também na educação.

Na ontologia marxiana, a essência da educação consiste em “influenciar os homens no sentido de reagirem a novas alternativas de vida do modo socialmente intencionado” (LUKÁCS, 2013, p. 178). A educação na perspectiva marxiana tanto prepara o homem para formar uma prontidão para decidir as alternativas postas no processo de trabalho como para reagir a estas determinações, um processo continuado de interações que se dão na relação entre determinação posta a partir da realidade e a reação do homem frente a estas determinações.

Não é um processo unilateral de condicionamento nem tampouco de total autonomia. Entre trabalho e educação se estabelece uma autonomia relativa do complexo parcial que é a

educação com o trabalho, e a relação de contínua correspondência recíproca. Ainda que o trabalho seja capaz de “despertar novas capacidades e necessidades do homem, as consequências do trabalho ultrapassam aquilo que nele foi posto de modo imediato e consciente, elas trazem ao mundo novas necessidades e novas capacidades para satisfação destas e não estão pré-traçados” (LUKÁCS, 2013, p. 303).

Portanto, a educação é um complexo parcial que permite a transmissão de comportamentos, valores e modos de pensar, de uma geração para outra. No entanto, devemos ressaltar que ela é “portadora tanto de elementos genéricos quanto de particulares, uma vez que se trata de um complexo parcial que se relaciona com os demais complexos e com a totalidade social” (BERTOLDO, 2015, p. 166).

Apesar disso, a educação na sociabilidade capitalista responde a um tipo de formação direcionada a manutenção do poder do capital e seu processo de acumulação diante de fases de crescimento ou de crises.

Com a divisão social do trabalho que separa aqueles que produzem as riquezas e aqueles que se apropriam, isto é, classe trabalhadora e a classe dos capitalistas, traz implicação para os processos educativos também, expressando-se na divisão entre trabalho e trabalho intelectual, privilegiando o segundo em detrimento do primeiro e sendo uma destinada para os trabalhadores e outra para a burguesia, respectivamente.

O que importa na lógica imperativa do capitalismo é transformar tudo que estiver ao seu alcance em mercadoria, em proveito do aumento da exploração do trabalho e das taxas de lucro, por isso,

enquanto o discurso enfatiza o direito de todos à educação e a necessidade de uma formação integral, a realidade objetiva, ao ser regida pela lógica do capital, põe sempre mais obstáculos à efetivação desse direito e à possibilidade de uma educação integral e harmoniosa. A transformação, cada vez mais ampla e intensa, da educação em uma mercadoria, que, portanto, só pode ser adquirida por quem pode pagar por ela, mostra sempre mais que é a lógica da reprodução do capital que impõe os fins dominantes que a organizam. (TONET, 2016, p. 106).

Nessa perspectiva, a ênfase recai no fato de que mesmo que o discurso em defesa de uma educação acessível, gratuita, laica e de qualidade para todos (como os representantes da burguesia reproduzem em seus discursos tanto pela legitimidade do Estado quanto pelo empresariado da educação) é notório que a educação na ótica do capitalismo não poderia incidir para outra finalidade senão a do lucro, conseqüente, a objetividade da sua transformação em mercadoria para a produção e valorização da mais-valia.

Assim sendo, as formas como essa transformação possa ocorrer depende de cada contexto histórico que o capitalismo passa, podendo ser difundida com discursos e práticas que garantem certos avanços nos limites de um regime democrático burguês, mas mantendo a mesma estrutura educacional assentada nos interesses da acumulação do capital.

Educação e emancipação humana: o que fazer?

Na perspectiva de Mészáros (2007, p. 49) a “defesa socialista de emancipação real não faria sentido algum sem a afirmação do caráter radicalmente ilimitado da história”, pois não se pode ter uma visão determinista da história e nem idealista.

A história é movimento dialético, dotada de continuidade e descontinuidade e que, portanto, uma sociedade socialista não significa um fim em si mesmo, uma realidade imutável, mas uma construção feita pela classe trabalhadora que leva em conta as mediações e contradições no processo histórico, onde a linha de manutenção ou mudança, dada às circunstâncias, está sempre em alteração, podendo em certos períodos haver mais manutenção de uma ordem social e em outros momentos mais traços de mudanças.

Na sociedade baseada no trabalho associado, na qual o comunismo se fundamenta, a “necessidade natural progressivamente dá lugar à necessidade historicamente criada, enquanto, no devido tempo, a própria necessidade histórica se torna necessidade potencialmente desnecessária, com a vasta expansão da capacidade produtiva e da riqueza real da sociedade” (MÉSZÁROS, 2007, p. 51).

O processo de construção de uma sociedade em que os homens sejam livres das amarras da exploração do trabalho que o capitalismo produz, reverberando em miséria e desigualdade, não é algo que pode ser mudado com iniciativas restritas ao poder político sob o jugo do Estado ainda que seja um Estado mais democrático, pois mesmo assim ele se assenta sob o sistema do capital.

Transformação social requer mudanças políticas, portanto, o movimento político é fundamental nessa construção. Entretanto, o fim não deve ser uma mudança de governo para outro ou a passagem para uma forma política de governar mais democrática, acessível e cidadã. A finalidade deve ser uma revolução social que dissolva toda velha sociedade e derruba o velho poder político como lembra Marx em *Glosas Críticas* (2010).

Para transformar o fundamento social que é o trabalho para outra forma, nesse caso, para o trabalho associado, é necessária a incorporação de outras esferas sociais que contribuam para esse processo de mudança estrutural, sendo as práticas educativas indispensáveis.

Na obra *A educação para além do capital*, Mészáros (2008) busca analisar a contribuição da educação para o processo de superação do capital defendendo uma educação pensada para além dessa ordem sociometabólica.

Inicialmente ele aponta a incorrigível lógica do capital e seu impacto sobre a educação, levando em consideração as ideias que continuam na defesa de reformas nos limites do Estado que possam melhorar as condições sociais, no entanto, a proposição de ajustes e correções nesse sistema são meramente paliativas e mantêm intactas as determinações estruturais em consonância com as “exigências inalteráveis da *lógica global* de um determinado sistema de reprodução” (MÉSZÁROS, 2008, p. 25, grifo do autor).

Um dos eixos centrais é a crítica ao limite das reformas educacionais, por mais que estas possam corrigir certos defeitos e trazer certas garantias, entretanto, a raiz dos fundamentos dos problemas educacionais não é tocada, que consiste na própria estrutura social capitalista produtora de seus próprios antagonismos.

Limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa. Do mesmo modo, contudo, procurar margens de *reforma sistêmica* na própria estrutura do sistema do capital é uma *contradição em termos*. É por isso que é necessário *romper com a lógica do capital* se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente. (MÉSZÁROS, 2008, p. 27, grifo *itálico* do autor).

Destaca-se também a crítica aos processos educativos formais na esteira da sociabilidade do capital. Para Mészáros (2008) a educação institucionalizada acaba fornecendo conhecimentos e valores que tanto formam para os processos produtivos em expansão do capital como da internalização dos valores das classes dominante que legitimam a existência e reprodução desse sistema, pois uma das funções da educação formal é produzir conformidade ou consenso dentro da sua legitimidade. Nesse sentido, as soluções para os problemas educacionais devem transcender os limites formais e se instituir em mudanças essenciais que englobe a educação em sua totalidade com as práticas sociais.

Vale ponderar que a crítica à educação institucionalizada não nos leva a abolir definitivamente os processos educativos formais. É importante compreender que a grande questão não é manter um processo educativo formal, mas sim trazer ele para a totalidade social, analisando seus fundamentos e limites na lógica do capital, a fim de pensar e propor novas alternativas frente à realidade que exige mudanças reais e essenciais articuladas com as lutas

sociais, de modo que seja possível, mesmo nos interstícios da educação formal do sistema, desenvolver práticas educativas anticapitalistas e emancipatórias.

Por isso, a educação deve estar correlacionada com uma concepção de sociedade que visa a transformação social e pensa para além dos limites formais e legais da ordem capitalista, pois continuar caindo na “tentação dos reparos institucionais formais [...] significa permanecer aprisionado dentro do círculo vicioso institucionalmente articulado e protegido dessa lógica autocentrada do capital” (MÉSZÁROS, 2008, p. 48).

A concepção mais ampla de educação que considera a aprendizagem constituinte na própria vida, no fazer e pensar contínuo da existência humana, é considerado por Mézáros como uma forma que não pode ser de imediato cooptada e manipulada pelo sistema legalmente sancionado e, sendo assim, a concepção ampla de educação comportam tudo,

desde o surgimento de nossas respostas críticas em relação ao ambiente material mais ou menos carente em nossa primeira infância, do nosso primeiro encontro com a poesia e a arte, passando por nossas diversas experiências de trabalho, sujeitas a um escrutínio racional, feito por nós mesmos e pelas pessoas com quem as partilhamos e, claro, até o nosso envolvimento, de muitas diferentes maneiras e ao longo da vida, em conflitos e confrontos, inclusive as disputas morais, políticas e sociais dos nossos dias. Apenas uma pequena parte disso tudo está diretamente ligada à educação formal (MÉSZÁROS, 2008, p. 53).

Mas então qual seria o papel da educação pensada para além do capital?

Na análise que Mézáros (2008, p. 65, grifo do autor) desenvolve, ele deixa evidente que seu papel é imprescindível, uma vez que incide “tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a *automudança consciente* dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente”, em outras palavras, a contribuição da educação nas mudanças das condições objetivas de reprodução e o desenvolvimento de uma consciência socialista. Assim, a função da educação para além do capital se materializa na capacidade de dotar os indivíduos de valores e conhecimentos que se articulam com a transformação social, ampla e emancipadora, que para a humanidade é necessária, urgente e possível.

O desenvolvimento da consciência socialista é o papel primordial que a educação deve promover no curso da transformação socialista, intervindo efetivamente na realidade por meio da “atividade dos indivíduos *sociais*, conscientes dos desafios que têm de confrontar *como indivíduos sociais*” (MÉSZÁROS, 2008, p. 89, grifo do autor).

Para Santos e Bertoldo (2016), em Mézáros a análise da educação para além do capital, que busca romper com o domínio do sistema capitalista em sua totalidade caminha em

direção à alternativa da ofensiva socialista como um horizonte a almejar. Horizonte este que não se encontra num futuro distante, mas se faz presente na realidade e, portanto, faz-se necessário “aqui e agora”, pois, não é presumível que a existência da humanidade permaneça se o domínio do capital continuar a se reproduzir violentamente, diminuindo cada vez mais as possibilidades de sobrevivência humana.

É importante considerar que a lógica que impera na sociabilidade capitalista da transformação de valor de uso em valor de troca só pode ser mudada por um princípio orientador socialista que coloque na ordem do dia as necessidades humanas. Nessa correlação é defendida uma “*autoeducação orientada ao valor*, inseparável do desenvolvimento contínuo de sua consciência socialista em sua reciprocidade dialética com as tarefas e desafios históricos que têm de enfrentar” (MÉSZÁROS, 2008, p. 103, grifo *italico* do autor).

Para Tonet (2016):

A classe trabalhadora tem necessidade de um conhecimento de caráter revolucionário, isto é, de um conhecimento que lhe permita compreender o conjunto do processo histórico de tal modo que ela se veja como sujeito capaz de transformar radicalmente o mundo. Portanto, de um conhecimento que esteja, pela sua própria configuração, intimamente articulado com a transformação radical do mundo. Esta compreensão não lhe é, de modo nenhum, fornecida pelo simples acesso ao conhecimento sistematizado. Este simples acesso contribuirá, no máximo, para uma formação de alto nível, mas conservadora. (TONET, 2016, p. 147-148).

Importa destacar, portanto, que a classe trabalhadora precisa se apropriar dos conhecimentos acumulados historicamente pela humanidade no sentido de dotá-los de uma formação de alto nível. Entretanto, a finalidade primordial é fazer com que esta classe detenha os conhecimentos de caráter revolucionário, que revele o fundamento do mundo social, o desenvolvimento histórico da humanidade, as raízes que constituem essa sociabilidade capitalista no horizonte da busca pela sua superação e, conseqüente, desenvolvam uma consciência socialista capaz de permitir o reconhecimento da classe trabalhadora como sujeito da história e seu papel no horizonte da transformação radical.

Considerações finais

Consideramos que a educação é mais do que processos imediatos e limitados aos ambientes institucionais sancionados pelo Estado. A educação está na vida, nas relações e interações sociais, no desenvolvimento da sociedade e na vida cotidiana dos homens.

Para além de uma educação restrita aos ditames do Estado e do sistema do capital é preciso reivindicar uma educação transformadora e a construção de processos educativos que potencializem as capacidades dos indivíduos e seu desenvolvimento omnilateral. Uma educação fundamentada na práxis social, que não individualize ou separe trabalho manual de trabalho intelectual como é constituído no capitalismo a partir da divisão social do trabalho.

Desse modo, a relação entre trabalho e educação na ontologia marxiana deve ter como horizonte a emancipação dos homens na formação de uma nova sociabilidade que coloca a vida humana e da natureza em primeiro lugar e não as leis do mercado e seus objetivos lucrativos. Portanto, é preciso pensar e desenvolver ações, táticas e estratégias que permitam a transformação radical do sistema, tendo na educação as possibilidades de contribuição para a formação de uma consciência crítica e socialista.

REFERÊNCIAS

BERTOLDO, Edna. **Trabalho e educação no Brasil: da centralidade do trabalho à centralidade da política**. 2. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Glosas Críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social” de um prussiano**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. O processo de trabalho e o processo de valorização. In: MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013. V. 1.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

SANTOS, Sayarah; BERTOLDO, Edna. Mészáros e seus contributos para a educação: algumas reflexões. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v.8, n. 1, p. 147-156, jun., 2016. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/14547>. Acesso em: 12 fev. 2020.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. 3. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2016.